

Título: A EVOLUÇÃO (EXCLUDENTE E DESIGUAL) DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA ENTRE 1930 E 2007: Do mercado interno para o externo

Resumo: O trabalho analisa a expansão da produção agrícola brasileira, considerando os principais produtos cultivados, suas distribuições pelo território brasileiro, suas utilizações preponderantes e suas estruturas agrárias subjacentes, destacando a consolidação das agroindústrias processadoras e o fato de que se passou do predomínio do atendimento da demanda do mercado interno, entre 1930 e 1960, no contexto do “processo de substituição de importações”, para uma expansão fundamentada na concentração produtiva e nas exportações entre 1970 e 1993, e, finalmente, para uma expansão adequada ao novo “modelo econômico” brasileiro, aqui denominado de “primário importador” depois de 1994. O texto fundamenta-se quase que exclusivamente na apresentação e sistematização de dados secundários e no pequeno uso de trabalhos disponíveis.

Palavras-chave: Brasil, produção agrícola, evolução, exportações, estrutura produtiva.

PEDRO RAMOS

Mestre e Doutor em Administração (Área de concentração: Economia aplicada à Administração) pela EAESP/FGV.

Vínculo institucional: Professor/Pesquisador do NEA/Núcleo de Economia Agrícola e Ambiental do INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

E-mail: peramos@eco.unicamp.br

CAMPINAS, abril de 2009

1. Introdução

Como é amplamente sabido, diversos estudiosos da economia brasileira chamaram nossa expansão econômica anterior à 1930 de “modelo primário exportador”, fundamentalmente por ele ter-se assentado nas exportações de alguns bens agrícolas, geralmente *in natura*, o que foi adequado à evolução da economia mundial de então.

Com o advento da crise de 1929 tal estado de coisas mudou e, segundo Celso Furtado (FURTADO, 1977), a economia brasileira embarcou em novo “modelo” de crescimento, cujo marco foi a mudança de centro dinâmico, o qual passou a ser caracterizado pela importância do processo de industrialização e da expansão do mercado interno. Muitos outros estudiosos chamaram-no de “processo de substituição de importações”, o qual teria perdurado até a década de 1980. Antes dela, nas décadas de 1960 e de 1970, importantes mudanças ocorreram, as quais estiveram relacionadas à busca de solução para a crise social, política e econômica interna, que foi seguida por um forte e curto crescimento que chegou a ser denominado de “milagre econômico”. Uma grande parte de estudiosos associa tal crescimento às reformas e medidas econômicas implementadas pelo governo militar naquelas décadas. Contudo, cabe lembrar que uma delas não foi feita (a reforma agrária), o que não impediu o mencionado crescimento, ao contrário do que pensava Celso Furtado, o qual aprofundou a desigualdade social e a concentração de riqueza e de renda na economia brasileira.

A partir da década de 1980, o agravamento do problema inflacionário, ao qual se juntou, durante seu curso, o problema da dívida externa, obrigaram a busca de soluções que acabaram por criar condições para importantes mudanças no padrão de expansão de nossa economia, o que ocorreu concomitantemente à mudança de nossa inserção na economia mundial, o que está associado à persistência dos resultados alcançados ao longo do tempo pelo plano econômico implementado em 1994, que criou uma (relativa) estabilidade monetária interna, em boa medida inspirado na ideologia do chamado “Consenso de Washington” (ou do “pensamento único”), que recomendava novas reformas econômicas. De maneira geral, pode-se dizer que isto não se alterou nos últimos anos, mesmo tendo em conta a mudança dos “partidos no poder”.

O trabalho que se segue tem em conta este contexto geral, ao qual muito pouco se voltará, a não ser para explicitar melhor os elos com o que aqui se privilegia – a análise da evolução da produção agropecuária (ou da produção agrícola mais especificamente), de suas estruturas constitutivas e de algumas outras características, particularmente no tocante às relações externas dos agronegócios brasileiros. Em decorrência fundamentalmente do problema de espaço, menospreza-se aqui a questão das políticas setoriais, embora se reconheça sua importância, particularmente quando remetida às diferenças nas evoluções, nas estruturas e nos resultados e impactos sociais e econômicos dos diferentes agronegócios.

Finalmente, cabe alertar que, em função deste e de outros aspectos, a periodização adotada não é exatamente a mesma que se pode deduzir do observado sobre o contexto macroeconômico. A parte 2 trata o período de 1930 a 1960, destacando que nele prevaleceu uma expansão da produção agrícola

voltada primordialmente para o atendimento da demanda interna; a parte 3 trata da transição, em diversos sentidos, ocorrida durante a década de 1960; a parte 4 trata o período 1970–1993, no qual destaca-se tanto a ocorrência de concentração produtiva nas lavouras como uma expansão possibilitada fundamentalmente pela elevação das exportações. Nesta parte são apresentados alguns dados referentes à pecuária e à outras atividades agropecuárias. A parte 5 trata do período recente (após 1994), no qual é destacada a importância das exportações de bens dos agronegócios para a economia do país. O trabalho é concluído com algumas observações finais. Tais partes lançam mão fundamentalmente da sistematização de dados secundários e de informações (quase sempre) amplamente divulgadas.

2. A expansão da produção agrícola voltada ao mercado interno entre 1930 e 1960

Como é amplamente sabido, a economia brasileira inicia o período posterior à crise de 1929 com uma expansão econômica liderada pelo Estado de São Paulo, sob o comando do gaúcho Getúlio Vargas, cuja principal política econômica pode ser considerada como a da defesa dos preços internacionais do café, o que acabou impondo à sociedade brasileira uma “socialização das perdas”, nas palavras de Celso Furtado.¹

A intensificação da industrialização passou a ser preocupação central e sua consecução passou a ser denominada pelos estudiosos de “processo de substituição de importações”, cujo marco final, em termos gerais, ocorreu ao iniciar-se a década de 1980.

Ao longo do meio século entre 1930 e 1980 importantes alterações ocorreram na produção agrícola brasileira², as quais foram fundamentais para viabilizar aquele processo. Tais alterações permitiram que a agropecuária brasileira pudesse cumprir as conhecidas “funções” no processo de “desenvolvimento” de uma economia, conforme conhecido modelo analítico de dois autores estrangeiros e livremente utilizado por diferentes estudiosos brasileiros.³ Os dados dos Quadros 1 e 2 são apresentados para ilustrar este comentário e outros que são feitos a seguir.

Evidentemente, é impossível explorar os múltiplos aspectos e desdobramentos que estão vinculados aos dados apresentados nos dois quadros. Um deles está relacionado à ocorrência das

¹ Entre 1931 e 1944 foram destruídas pelo Governo Federal quase quatro milhões de toneladas de café, segundo os dados apresentados por COELHO, 2001, p. 07. A propósito, este trabalho apresenta a seguinte periodização da política agrícola brasileira: 1931-1964 (“fase da agricultura primitiva”); 1965-1984 (“fase de modernização da agricultura”); 1985-1994 (fase de transição da agricultura) e após 1995, denominada de “fase da agricultura sustentável”. Quanto à modernização agrícola e evolução recentes, um outro autor (MARTINE, 1990) identificou três fases: a da “modernização conservadora” entre 1965 e 1979; a da “crise e retração”, entre 1980 e 1984; e a da “recuperação e supersafras”, entre 1985 e 1989”, e, chamando a atenção para as faces de tal modernização, atribuiu-as criticamente ao do ideário do “*big is beautiful*” e do “*big is efficient*”, que decorreram da pressão e dos privilégios concedidos aos grupos proprietários na determinação do papel do Estado para elevar a produtividade e enfrentar a crise de abastecimento.

² Devido à limitação do tamanho do texto, privilegia-se aqui a evolução da produção agrícola, sendo que algumas poucas observações e dados sobre as criações animais e algumas outras atividades setoriais serão apresentados nas partes a seguir. Para facilitar a exposição e a visualização, os dados dos quadros referem-se a todo o período tratado no trabalho, respeitando-se, sempre que possível, os momentos que marcam os cortes analíticos.

³ Ver o artigo de JOHNSTON & MELLOR, 1961. Ums das primeiras transposições para o caso brasileiro encontra-se em CASTRO, 1988, capítulo intitulado “Agricultura e desenvolvimento no Brasil.”

lavouras no território nacional. No início da década de 1930 eram sete as culturas que se faziam presentes em todos os estados brasileiros: feijão, cana, arroz, fumo, mandioca, laranja e milho. A banana (e o abacaxi, que não aparece nos quadros) não eram virtualmente cultivadas apenas no Rio Grande do Sul.⁴

QUADRO 1 – BRASIL - EVOLUÇÕES DAS ÁREAS COLHIDAS(1) DAS PRINCIPAIS LAVOURAS (MÉDIAS DOS ANOS INDICADOS) - 1931 – 2005

Culturas	1931/2/3	1960e 1961	1974e1976	1984e1986	1994e1996	2005e2007	Taxas anuais em % (1931-1960)(...)				
							31-60	60-74	74-84	84-94	94-05
Temporárias											
Algodão hb.	738.368(2)	3.076.960(2)	1.395.900	1.834.662	932.838	1.181.258	10,6	-3,6	3,1	-4,9	2,4
Amendoim	Não consta	363.645	372.551	156.260	85.955	114.253	-	0,2	-5,8	-4,5	3,0
Arroz (casca)	813.402	3.069.868	5.660.681	5.468.226	4.166.322	3.411.050	9,2	5,6	-0,3	-2,4	-1,6
Batata inglesa	36.768(3)	195.014	155.977	166.655	179.765	142.522	14,3	-1,3	0,7	0,8	-1,9
Cana-de-aç.	368.794	1.353.291	2.075.087	3.803.826	4.585.934	6.290.246	8,9	3,6	8,3	2,1	3,4
Feijão	717.703	2.570.430	4.173.866	5.398.919	5.206.856	3.803.960	8,6	4,2	2,9	-0,4	-2,4
Fumo	90.700	220.128	260.674	280.791	311.330	479.531	4,8	1,2	0,8	1,1	4,9
Mamona	Não consta	269.106	453.778	435.017	113.536	189.092	-	4,6	-0,4	-7,4	6,0
Mandioca	287.240	1.378.249	2.049.930	1.933.520	1.893.834	1.925.030	12,7	3,2	-0,6	-0,2	0,1
Milho	3.747.880	6.783.460	10.895.010	12.242.141	13.581.546	12.656.862	2,7	4,0	1,2	1,1	-0,6
Soja	Não consta	206.182	5.780.184	9.301.395	11.125.219	21.779.035	-	180,2	6,1	2,0	8,7
Sorgo(gran.)	Não consta	Não consta	116.284	183.370	171.126	714.289	-	-	5,8	-0,7	28,9
Trigo	157.979	1.081.626	3.005.520	2.802.964	1.584.057	2.099.461	19,5	11,9	-0,7	-4,3	3,0
Permanentes											
Agave	Não consta	145.848	Não consta	Não consta	Não consta	Não consta					
Algodão arb.	Vide (2)	Vide (2)	2.231.101	1.302.310	85.702	2.935			-4,2	-9,3	-8,8
Banana	50.773	189.414	310.833	413.217	513.023	500.719	9,1	4,3	3,3	2,4	-0,2
Cacau	169.800	472.538	461.265	620.872	691.089	660.388	5,9	-0,2	3,5	1,1	-0,4
Café em coco	3.861.026	4.401.683	1.638.016	2.548.448	2.043.770	2.298.496	0,5	-4,2	5,6	-2,0	1,1
Coco (*)	26.500	75.189	154.007	169.395	247.755	278.127	6,1	7,0	1,0	4,6	1,1
Laranja	73.588	115.281	381.644	669.972	936.066	800.670	1,9	15,4	7,6	4,0	-1,3
Uva (*)	44.965	63.096	57.012	57.964	60.135	75.432	1,3	-0,6	0,2	0,4	2,3

Fonte: FIBGE, Anuários Estatísticos dos respectivos anos. (1) Em 1931/33 e em 1960-61, as áreas são as cultivadas; (2) O Anuário não distinguia as áreas referentes ao algodão arbóreo e ao herbáceo; (3) Em 1931/33, o Anuário informa tratar-se de “batata”, depois trata-se das áreas de batata inglesa; (*) O primeiro período é 1932/3/4.

Ao longo de todo o período (1931-2007) é possível constatar a importância dos estados de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul na produção das principais lavouras alimentícias ou que passaram a ser importantes matérias-primas para o aprofundamento do processo de industrialização da economia brasileira. Tais são os casos do arroz, do feijão, do milho, do trigo e da cana. As lavouras com maiores percentuais de concentração nos estados maiores produtores eram, em 1931/3: trigo, uma cultura típica do Sul, mas com a Bahia aparecendo entre os quatro únicos produtores; a batata, cultura concentrada no Sudeste e Sul, o café, com o Estado de Pernambuco entre os cinco; a laranja, embora

⁴ Buscou-se considerar as lavouras mais importantes em termos de áreas ao longo dos diferentes períodos tratados, deixando-se de lado aquelas que ocupam menores extensões de terras, tais como o tomate e o abacaxi. Algumas outras foram incluídas por razões que serão mencionadas (ex do sorgo). Diversas observações explicativas e complementares são feitas nas colunas e linhas do ou sob os quadros. Optou-se pelos biênios indicados - que excluem os anos dos censos agrícola e agropecuários - para que fosse feita alguma comparação dos dados destes com os dados dos Anuários. Contudo, por questão de espaço, tal comparação não pode ser aqui explorada.

ocorrendo em todos os estados, apresentava alta concentração. O caso de menor concentração em 1931/2/3 era o do algodão, não havendo na época a distinção entre o herbáceo e o arbóreo.

QUADRO 2 – BRASIL – PARTICIPAÇÃO % DOS CINCO MAIORES ESTADOS PRODUTORES NAS ÁREAS DAS PRINCIPAIS LAVOURAS (siglas dos estados após o %, por ordem de colocação)

Lavs.	1931/33	1960 e 1961	1974 e 1976	1984 e 1986	1994 e 1996	2005 e 2007
Temporárias						
Algodão (h.)	63(PB,SP,PE,RN,CE)	75(SP,CE,PB,RN,PE)	67(SP,PR,BA,PB,RN)	69(PR,CE,SP,BA,MG)	70(PR,SP,BA,MT+MS,CE)	91(MT+MS,BA,GO,SP,MG)
Amandeioim	-x-	98(SP,RS,MG,PR,SC)	96(SP,PR,MT,RS,MG)	96(SP,PR,RS,BA,MT+MS)	96(SP,RS,BA,PR,SE)	93(SP,BA,MG,MT,PR)
Arroz	86(SP,RS,MG,GO,MA)	75(SP,MG,GO,RS,MA)	71(GO,MT,MG,MA,PR)	75(GO,MA,MT+MS,RS,MG)	70(RS,MA,MT+MS,GO+TO,MG)	78(RS,MT+MS,MA,GO+TO,PA)
Batata inglesa	97(SP,RS,PR,MG,SC)	94(RS,SP,PR,MG,SC)	95(RS,PR,MG,SP,SC)	98(RS,PR,MG,SP,SC)	98(RS,PR,MG,SP,SC)	87(MG,PR,SP,RS,RJ)
Cana	70(PE,BA,MG,SP,RJ)	72(SP,PE,MG,RJ+GB,AL)	78(SP,PE,MG,AL,RJ)	78(SP,AL,PE,MG,RJ)	80(SP,AL,PE,MG,PR)	80(SP,PR,MG,AL,MT+MS)
Feijão	81(SP,RS,MG,PR,GO)	62(MG,PR,SP,CE,RS)	60(PR,MG,CE,BA,SP)	51(PR,MG,BA,CE,SP)	54(CE,BA,PR,MG,PE)	61(BA,CE,PR,MG,PE)
Fumo	83(BA,RS,MG,PE,PB)	80(RS,BA,MG,SC,PE)	86(RS,SC,BA,AL,MG)	94(RS,SC,AL,BA,PR)	97(RS,SC,PR,AL,BA)	99(RS,SC,PR,AL,BA)
Mamona	-x-	91(BA,PE,CE,SP,MG)	91(BA,SP,PE,CE,PR)	93(BA,PE,PR,SP,PI)	99(BA,PE,CE,SP,PI)	99(BA,PI,CE,PE,MG)
Mandioca	64(RS,PE,SP,BA,SE)	52(RS,BA,PE,SC,MG)	52(BA,RS,MA,PE,MG)	54(BA,MA,PA,PE,RS)	56(MA,PA,BA,PR,CE)	60(BA,PA,MA,PR,CE)
Milho	84(SP,MG,RS,RJ,PR)	71(MG,RS,SP,PR,SC)	68(PR,RS,MG,SP,SC)	64(PR,RS,MG,SP,SC)	58(PR,RS,MG,SP,SC)	62(PR,MT+MS,MG,RS,SP)
Soja	-x-	100(RS,PR,SP,SC,PE)	98(RS,PR,SP,SC,MT)	90(RS,PR,MT+MS,GO,SP)	88(RS,MT+MS,PR,GO+TO,MG)	88(MT+MS,PR,RS,GO+TO,MG)
Sorgo	-x-	-x-	96(RS,SP,RN,GO,MG)	81(RS,SP,BA,MT+MS,PR)	98(GO,MT+MS,RS,SP,BA)	92(GO,MT+MS,SP,MG,BA)
Trigo	100(RS,PR,SC,BA,-x-)	100(RS,SC,PR,SP,MT)	100(RS,PR,SP,SC,MT)	99(PR,RS,MT+MS,SP,SC)	99(PR,RS,SC,MS,SP)	99(PR,RS,MS,SC,SP)
Permanentes						
Agave	- x -	99(PB,BA,RN,PE,AL)	- x -	- x -	- x -	- x -
Algod. Arbór.	(junto com herbáceo)	(junto com herbáceo)	98(CE,PB,RN,PE,PI)	97(CE,PB,RN,PI,PE)	100(CE,PI,RN,PB,PE)	100(PB,CE,PI,RN,PE)
Banana	81(SP,RJ,MG,PR,PE)	69(SP,RJ+GB,MG,CE,PE)	56(RJ,MG,SP,ES,BA)	48(BA,SP,GO,MG,RJ)	44(BA,SP,CE,MG,PA)	50(BA,SP,PA,CE,MG)
Cacau	100(BA,PA,AM,ES,MG)	100(BA,ES,PA,AM,AP)	100(BA,ES,PA,AM,SP)	100(BA,RO,PA,ES,AM)	100(BA,PA,RO,ES,AM)	100(BA,PA,RO,ES,AM)
Café	94(SP,MG,ES,RJ,PE)	94(SP,PR,MG,ES,BA)	97(SP,PR,MG,ES,BA)	92(SP,MG,PR,ES,BA)	92(MG,ES,SP,PR,RO)	92(MG,ES,SP,RO,BA)
Coco da baía	89(BA,PE,AL,SE,PB)	82(BA,AL,SE,PE,PB)	83(BA,SE,AL,CE,RN)	80(SE,BA,CE,RN,AL)	82(BA,SE,CE,RN,PA)	77(BA,CE,SE,RN,PA)
Laranja	91(SP,RJ,RS,SC,PR)	80(SP,RJ+GB,MG,RS,PR)	90(SP,RJ,MG,RS,SE)	93(SP,RJ,MG,SE,RS)	92(SP,BA,MG,SE,RS)	92(SP,SE,BA,MG,RS)
Uva	99(RS,SP,SC,MG,PR)	100(RS,SP,SC,PR,MG)	99(RS,SP,SC,PR,MG)	98(RS,SP,SC,PR,PE)	95(RS,SP,PR,SC,PE)	94(RS,SP,PR,PE,SC)

Fonte: FIBGE, Anuários Estatísticos dos respectivos anos. Ver notas do Quadro 01.

Nota adicional: O Estado de Mato Grosso do Sul foi desmembrado do de Mato Grosso em 1979 e o de Tocantins do de Goiás em 1988. Considerou-se aqui a participação conjunta, com as indicações feitas. Quando consta apenas uma sigla, significa que não há informação sobre a cultura no outro estado.

Concentração semelhante ocorria no caso da mandioca, que se manterá em todos os momentos como uma das menos concentradas, mas em alguns deles (1984-1986, 1994-1996) o feijão e a banana apresentam percentuais menores do que os dela.

Em 2005-2007 apenas as lavouras de arroz, milho, mandioca e de banana aparecem em todos os estados. O feijão deixou virtualmente de ser cultivado nos estados do Acre, do Pará e do Amazonas (excetuando-se os casos do Amapá e Roraima). Rondônia tornou-se um produtor de feijão de significativa importância.

Áreas de cana continuou aparecendo em todos os estados brasileiros até meados da década de 1980. Isto provavelmente está associado tanto ao seu uso como forrageira como matéria prima para os engenhos de aguardente, rapadura e açúcar mascavo espalhados pelo interior do país, embora o açúcar branco produzido pelas grandes usinas foi absorvendo gradualmente desde 1930 a maior parte da “cana industrial” produzida principalmente nos estados de São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro e Alagoas.⁵

Mas são os casos da laranja e do fumo que merecem maiores comentários, por se constituírem em exemplos do ocorrido com os elos entre a produção agrícola e o processo de agroindustrialização no Brasil. No caso da primeira, ocorreu que sua produção e processamento acabou por ficarem bastante concentrados em São Paulo, submetidos aos capitais nacionais. No caso do fumo, um processo semelhante ocorreu com concentração no Rio Grande do Sul, sob o domínio de capitais estrangeiros.⁶ Esta lavoura apresentou em 2005-2007 uma participação de 99% dos cinco estados maiores produtores, situando-se ao lado do trigo e da mamona, esta uma cultura que pode vir a se tornar muito mais importante do que tem sido recentemente, devido à sua possível utilização no programa nacional de biodiesel, o que pode fazer com que ela volte a apresentar um total de área colhida semelhante ou maior do que tinha em meados da década de 1970 e de 1980.

O caso do cacau apresenta a particularidade de ser a cultura que, em todos os momentos selecionados, apresenta uma concentração de 100% das cinco maiores áreas por estado, com a conhecida liderança da Bahia (Recôncavo Baiano) e com uma área cultivada/colhida não desprezível e crescente até 1994-1996 e com queda daí para 2005-2007.⁷

O Quadro 3 reforça a particularidade do cacau: trata-se da cultura cujo produto *in natura* (cacau em amêndoa) apresentou, entre 1930 e 1980, a mais alta relação quantidade exportada/quantidade produzida. Nesse sentido, pode ser considerada como a única cultura cujos bens derivados (além da amêndoa, o Brasil exportou no período licor, manteiga e torta) até final da década de 1960 era tipicamente de exportação, dado que aquela relação atingia mais do que 50%. Não obstante, até o final

⁵ Os dados do Anuário mostram que em 1984 e 1986 a média da área de cana para forragem no Brasil situou-se em 178.700 hectares, o que representava 4,7% da média da área de cana destinada para outros fins.

⁶ Uma análise da evolução da citricultura brasileira e da constituição do complexo agroindustrial à ela atrelado (até meados da década de 1980) pode ser encontrada em MARTINELLI JÚNIOR, 1987. Uma síntese da expansão da cultura do fumo e da penetração dos capitais estrangeiros na fabricação de cigarros no Rio Grande do Sul pode ser encontrada no primeiro capítulo da obra de PRIEB, 2005.

⁷ Em 1946 o Brasil era o terceiro maior produtor mundial de cacau, com uma quantidade de 122 mil t, atrás de Gana (439 mil t), e da Nigéria (203 mil t); em 1985, estava em segundo lugar, com 400 mil t, à frente de Gana (200 mil t), mas Costa do Marfim já havia se tornado o maior produtor mundial, com 550 mil t. (dados retirados de ANDRADE, 1989, p. 243).

da década anterior o valor das exportações de café apresentou uma participação de mais de 60% no valor total das exportações (com exceção do período 1935-39 e dos anos para os quais a fonte não tinha o dado). A alta participação do valor das exportações agrícolas no valor das exportações totais (maior do que 50% até a primeira metade da década de 1970) evidencia nossa inserção “primária exportadora” na economia mundial, geradora de divisas que, em boa medida, viabilizaram a industrialização voltada para o mercado interno. Evidentemente, o Brasil exportou no período que consta no Quadro 3 outros bens *in natura* e/ou processados.⁸

QUADRO 3 – BRASIL - EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS *IN NATURA*, DE AÇÚCAR E ALGUMAS PARTICIPAÇÕES – 1930–1980 (médias dos quinquênios indicados)

Quinquênios	% EM VALOR		% EM QUANTIDADES EXPORTADAS/QUANTIDADES PRODUZIDAS				
	Ex. Agrícolas/ Exports. Totais	Exports.Café/ Exports. Tts.	Exportações de bens agrícolas propriamente ditos				Açúcar
			Algodão	Cacau	Café	Fumo	
1930-34	84,9	67,5	6,2	97,0	29,1 (1931-4)	29,9 (1931-4)	3,5 %
1935-39	77,0	45,1	18,0	92,2	34,4	35,4	10,1%
1940-44	Não disponível	Não dispon.	10,5	80,4	37,7	21,0	4,9%
1945-49	Não disponível	Não dispon.	22,6	86,7	50,7	31,0	7,3
1953-54	88,3	65,7	-	-	-	-	-
1950-54	-	-	13,6	74,1	40,5	25,0	4,9
1955-59	79,2	60,4	8,2	66,0	31,7	20,4	17,9
1960-64	73,4	53,2	10,4	55,9	29,6	24,2	17,3
1965-69	63,9	41,4	13,4	57,9	39,8	19,1	23,4
1970-74	53,1	23,3	11,1	56,5	47,7	26,3	36,8
1975-80	46,2	15,1	1,7	49,0	48,2	33,2	28,3

Fontes: LIMA et. al., 1983 e 1985 (Volumes 1 e 2), diversas páginas; RAMOS, 2007.

O fato de que a participação do valor das exportações agrícolas no valor das exportações totais caiu menos do que o valor das exportações do café no valor das exportações totais constitui evidência da crescente importância e dos excedentes que foram sendo produzidos pelas agroindústrias processadoras no país. Isto ocorreu, por exemplo, no caso do açúcar, um importante produto da alimentação do povo brasileiro e que se trata, ao contrário do que escrevem, falam e pensam muitos, de um bem industrial (ou agroindustrial, se se quiser) e não de um bem agrícola. Destaque-se também as elevações da relação quantidade exportada/quantidade produzida nos casos do fumo e do café nos dois últimos períodos do Quadro 3.

Duas outras rápidas menções quanto às lavouras dos Quadros 1 e 2: em primeiro lugar, não há dúvida que o caso mais notório é o da soja, cuja área colhida cresceu mais de cem vezes nos últimos quarenta e cinco anos, tratando-se da oleaginosa que simboliza o processo de modernização da

⁸ Pelo que revelam os dados compilados por LIMA et. al., 1983, Vol. 1, a primeira exportação de soja em grão pelo Brasil foi feita em 1949 e a primeira vez que seu valor ultrapassou 1% (1,8%) do valor total foi em 1967. A exportação de farelo de soja foi iniciada em 1963 e a de óleo em 1971. Já a exportação de suco de laranja, conforme a mesma fonte foi iniciada em 1961 e seu valor alcançou 1,2% do valor das exportações totais em 1971. Quanto à exportação de açúcar convém deixar registrado que a participação de seu valor nas exportações totais apenas ultrapassou a marca de 5% após 1967, com oscilações significativas até 1980; quanto à de algodão em pluma, tal participação, que atingiu sua maior marca (20,5%) em 1939, situou-se na média de 0,33% de 1975 a 1980. Os bens do Quadro 3 são os mesmos que Alice Canabrava tratou em seu primoroso texto denominado “A grande lavoura” (ver CANABRAVA, 1971).

agricultura brasileira; em segundo lugar, cabe mencionar o caso do sorgo, cuja área foi expandida muito apenas nos últimos dez anos e que provavelmente deverá continuar tal trajetória (em que ritmo não se pode prever) porque também tem dupla aptidão: serve tanto para forragem como para matéria-prima destinada à bioenergia.

3. A transição durante a década de 1960: A opção concentracionista como solução para a (suposta) questão agrícola

No início da década de 1960 agravou-se no Brasil o problema inflacionário e o debate sobre ele apontava como uma de suas causas um aparente desabastecimento, ou seja, uma oferta não adequada de gêneros alimentícios e de matérias-primas para a agroindústria processadora.⁹

Como é sabido, isto criou uma confusão entre duas questões afins: a agrícola e a agrária. Não havendo espaço aqui para uma análise mais detida, cumpre destacar que tal debate prolongou-se até o final daqueles anos, quando a posição vencedora, liderada pelo Ministro Antonio Delfim Neto, reconheceu apenas a primeira, o que significou a vitória dos que defendiam a implementação de políticas setoriais destinadas a elevar os rendimentos de nossas produções agropecuárias.¹⁰

QUADRO 4 – BRASIL E ALGUNS ESTADOS – DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO E INDICADORES DA INTENSIDADE DO USO DO SOLO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR ESTRATOS DE ÁREA TOTAL - 1940 – 1985

ANO	- 10 há			10 a – 1000 há			1000 e + há			- 10 há			10 a – 1000 há			1000 e + há		
	PO	AL/ AT	AL/ PO	PO	AL/ AT	AL/ PO	PO	AL/ AT	AL/ PO	PO	AL/ AT	AL/ PO	PO	AL/ AT	AL/ PO	PO	AL/ AT	AL/ PO
SÃO PAULO									PERNAMBUCO									
1940	12,3	73	1,5	76,0	28	2,5	11,7	10,0	3,0	38,1	61	0,8	59,3	20	1,6	2,5	9,0	2,9
1950	11,0	80	2,0	75,7	27	3,1	13,3	11,0	3,9	53,3	64	0,8	40,6	17	2,2	6,1	11,4	3,3
1960	26,1	84	1,7	64,9	27	3,7	9,0	11,6	5,3	64,8	69	0,7	33,8	22	2,9	1,4	7,5	7,0
1970	28,5	77	1,5	65,7	26	4,5	5,8	10,3	6,1	68,5	68	0,7	30,0	19	3,0	1,5	10,3	6,4
1985	21,3	68	1,1	68,4	36	5,4	10,2	24,5	10,0	58,8	73	1,5	39,0	30	3,0	2,1	16,0	5,5
PARANÁ									MARANHÃO									
1940	12,9	71	1,8	82,6	16	3,5	4,5	2,8	6,0	69,1	94	0,7	28,1	18	0,9	2,8	1,4	3,4
1950	9,2	70	1,6	84,1	23	3,3	6,7	4,8	5,0	73,7	66	0,6	23,4	7	1,9	3,0	1,1	9,9
1960	21,9	80	1,7	74,8	33	3,4	5,2	9,4	6,3	83,7	93	0,7	15,1	24	2,6	1,2	1,5	9,8
1970	43,4	80	1,6	55,3	32	2,1	1,3	6,0	4,8	83,0	89	0,6	16,2	13	1,1	0,8	0,3	2,9
1985	36,7	78	1,3	60,6	45	4,7	2,7	13,2	10,0	78,1	94	0,5	20,0	20	5,1	1,5	10,8	28,7
GOIÁS									BRASIL									
1940	16,8	65	0,8	70,7	3	1,4	12,5	0,7	2,8	19,5	57	0,8	74,0	16	1,9	6,5	2,8	4,0
1950	7,9	71	1,3	80,1	3	1,6	12,0	0,7	3,4	21,9	56	0,9	71,5	14	2,4	6,6	2,0	4,2
1960	10,0	68	1,5	81,6	5	2,2	8,4	1,0	4,1	33,9	67	0,9	62,5	17	2,8	3,6	2,4	6,0
1970	8,5	58	1,4	84,8	9	3,0	6,7	1,7	6,7	42,1	66	0,9	55,7	16	2,9	2,2	1,5	5,5
1985	10,9	69	1,2	77,1	12	4,3	12,0	6,4	14,8	39,8	69	0,7	55,9	22	3,4	4,2	6,7	11,2

Fontes: SZMRECSÁNYI, 1986, Quadros IV.3 e IV.4; Censo Agropecuário de 1985.

Nota: Em 1985, os dados do Estado de Goiás incluem os do Tocantins.

⁹ Nunca é demais lembrar, exatamente em função do que se segue, que Ignácio Rangel havia detectado, em obra publicada em 1963, que a causa principal da inflação brasileira estava na estrutura de comercialização, na qual destacavam-se os intermediários que especulavam com os produtos de origem agropecuária. Ver RANGEL, 1978.

¹⁰ Uma síntese sobre a questão agrária depois de 1950, com destaque para a derrota dos intentos reformistas, pode ser encontrada em DELGADO, 2005. “O resgate das teses modernizantes de Delfim Neto e do seu grupo começa no Governo Castelo Branco como reação ao Estatuto da Terra, mas se manifesta como projeto explícito do governo a partir do momento em que Delfim Neto assume o Ministério da Fazenda em 1967 e começa a implementar o Sistema Nacional de Crédito Rural como principal estrutura de fomento à produção agropecuária”(págs. 32/3).

Embora o SNCR/Sistema Nacional de Crédito Rural tenha sido criado em 1965, foi a partir de 1969 que ele assumiu sua face concentracionista e que, auxiliada por outras políticas, alteraram o “uso de fatores” na agricultura do país¹¹. As inovações mecânicas, junto com as químicas e biológicas, elevaram as relações produto/trabalhador, produto/capital (não tratadas aqui) e produto/área. O Quadro 5 traz dados que ilustram o ocorrido com esta última (eficiência do uso da terra), para as mesmas lavouras e mesmos períodos/momentos dos Quadros 1 e 2.

Um dos principais impactos da modernização tecnológica foi o ocorrido com o algodão, cuja lavoura arbórea foi virtualmente substituída pela herbácea, que passou a apresentar rendimentos muito maiores¹². A elevação ocorrida no caso do trigo também é ilustrativa. Outras culturas, como a cana, por exemplo, não apresentaram elevações tão significativas.

QUADRO 5 – BRASIL - A EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS POR ÁREA DAS PRINCIPAIS CULTURAS (médias trienais em kg/ha, exceto quando mencionado outro indicador) – 1931 - 2006

Lavouras	1931/2/3	1959/60/1	1974/5/6	1984/5/6	1994/5/6	2005/6/7	Taxas anuais - % (1931-1960)(...)					
							31-60	60-75	75-85	85-95	95-06	
Temporárias												
Algodão (1)	491	541	851	1.138	1.275	3.206	0,3	3,8	3,4	1,2	13,8	
Amendoim	881(2)	1.381	1.288	1.582	1.822	2.188	1,9	-0,4	2,3	1,5	1,8	
Arroz	1.425	1.615	1.460	1.814	2.501	3.689	0,4	-0,6	2,4	3,8	4,3	
Batata inglesa	9.147(3)	5.567	8.951	12.181	14.704	23.009	-1,3	4,1	3,6	2,1	5,1	
Cana	42.681	42.460	47.418	61.508	67.118	74.706	0,0	0,8	3,0	0,9	1,0	
Feijão	1.022	668	508	459	591	962	-1,2	-1,6	-1,0	2,9	5,7	
Fumo	1.030(4)	762	1.118(4)	1.459	1.576	1.870	-0,9	3,1	3,1	0,8	1,7	
Mamona	1.128(5)	786	864	652	433	642	-1,0	0,7	-2,5	-3,4	4,4	
Mandioca	18.161	13.189	12.435	12.230	12.988	13.855	-0,9	-0,4	-0,2	0,6	0,6	
Milho em grão)	1.446	1.289	1.541	1.758	2.454	3.451	-0,4	1,3	1,4	4,0	3,7	
Soja em grão	1.473(6)	1.218	1.659	1.634	2.186	2.476	-0,6	2,4	-0,2	3,4	1,2	
Sorgo (granífero)	- x -	- x -	2.070(7)	1.758	1.826	2.096				-1,5	0,4	1,3
Trigo	976	558	891	1.408	1.647	1.919	-1,4	4,0	5,8	1,7	1,5	
Permanentes												
Agave	- x -	1.136	- x -	- x -	- x -	- x -						
Algodão arbóreo	- x -	- x -	183	143	134	407			-2,2	-0,6	18,5	
Banana (**)	1.443	1.396	1.174	1.172	1.102	(13.710)	-0,1	-1,1	0,0	-0,6	n. calc.	
Cacau	549	352	504	642	417	331	-1,2	2,9	2,7	-3,5	-1,9	
Cafê	794	994	1.106	1.148	1.197	995	0,8	0,8	0,4	0,4	-1,5	
Coco (frutos)	4.750	5.582	3.112	3.307	3.925	9.916	0,6	-2,9	0,6	1,9	13,9	
Laranja (frutos)(*)	59.909	74.595	83.193	101.351	108.309	137.430	0,8	0,8	2,2	0,7	2,4	
Uva	4.743	6.926	10.324	10.996	13.127	17.040	1,5	3,3	0,7	1,9	2,7	

Fontes: FIBGE, Anuários Estatísticos do Brasil; SILVA, 1990, diversas páginas.

(1) Em 1931/2/3 e em 1959/60/1, trata-se de algodão arbóreo e herbáceo, depois, apenas herbáceo; (2) Refere-se ao triênio de 1944/5/6; (3) Refere-se ao triênio 1932/3/4 e trata-se de “batata”, já que não há distinção entre batata inglesa e doce; (4) Referem-se aos triênios 1932/3/4 e 1973/4/5; (5) Refere-se ao triênio 1934/5/6; (6) Refere-se ao triênio 1952/3/4; (7) Refere-se ao triênio 1973/4/5;

(*) Em 2005/6/7 fez-se a conversão de kg/há para frutos/há, usando-se: 250 frutos/caixa e caixa com 40,8 kg;

(**) Em 2005/6/7, não comparável, devido o Anuário ter mudado a apresentação do dado de cachos/há para kg/há.

¹¹ Uma avaliação das políticas agrícolas implementadas pelo Governo Federal entre 1930 e 1980 pode ser encontrada em SZMRECSÁNYI & RAMOS, 1997.

¹² Uma análise da formação da cotonicultura e da gênese do complexo algodoeiro vinculado à indústria têxtil em São Paulo pode ser encontrada em ALBUQUERQUE, 1983.

Assim, aquela década pode ser considerada como de transição¹³ pois significou o aprofundamento – concentrado no tempo – de elementos que foram responsáveis pela elevação e concentração da produção agropecuária brasileira e que permitiram o fortalecimento dos complexos agroindustriais, sendo que o resultado foi o maior nível de excedentes exportáveis, o quais muito se beneficiaram da especulação com *commodities* que ocorreu no início da década de 1970.

O Quadro 4 traz dados para ilustrar o fato de que a modernização concretizou-se de forma diferenciada quanto ao uso dos fatores quando se considera três intervalos de tamanhos dos estabelecimentos, tomando-se alguns estados. Dele pode-se destacar as elevações da relação área de lavoura/área total dos estabelecimentos (AL/AT) e da relação AL/PO(Pessoal ocupado). Os estabelecimentos com mil e mais hectares apresentam menores AL/AT e maiores AL/PO.

4. O período entre 1970 e 1993: A expansão dos agronegócios com base na concentração produtiva e nas exportações

A trajetória de expansão da agropecuária brasileira depois de 1970 foi marcada pelo predomínio do crescimento concentrado nos maiores estabelecimentos e nas lavouras mais dinâmicas e integradas às agroindústrias localizadas à montante e à jusante. Embora não necessariamente, trataram-se também dos conjuntos de atividades mais voltados ao mercado externo.

Para captar o processo concentracionista após 1960 foi elaborado o Quadro 6, que traz os números e as áreas médias dos estabelecimentos dedicados às respectivas culturas, criações e outras atividades econômicas indicadas. Os dados referem-se aos censos de 1960, de 1970 e de 1985.¹⁴

Constata-se que predomina o crescimento das áreas médias no caso das lavouras entre 1970 e 1985, ao contrário do que ocorreu entre 1960 e 1970. Contudo, o que mais chama a atenção são as grandes áreas médias da silvicultura e da pecuária bovina, mas que, junto com as das outras criações animais, apresentaram quedas, o que indica (prováveis) maiores eficiências no uso da terra.¹⁵

O Quadro 7 busca ilustrar outro aspecto que se desdobrou do processo de modernização tecnológica: o aprofundamento dos monocultivos, caracterizado pela indicação do percentual de área

¹³ A idéia da década de 1960 como um período de transição na agropecuária brasileira no que se refere à relação entre os usos de terra, trabalho e capital, foi inspirada na obra de STOLCKE, 1986, particularmente no capítulo intitulado “A transição dos anos 60: De colonos a trabalhadores assalariados eventuais”.

¹⁴ Dada a menor abrangência do censo de 1995/6, optou-se por não incorporar seus dados neste estudo. Futuramente, espera-se atualizá-lo com os dados do censo de 2006.

¹⁵ Um trabalho estudou a concentração da produção com base na desagregação – por estabelecimento - dos dados censitários de 1975 e de 1980 (ver HOFFMANN & CLEMENTE DA SILVA, 1986, págs. 153/4). Eles revelaram que a cana e a laranja eram as lavouras que apresentavam os maiores índices de Gini, sendo que as com menores eram as do feijão, da mandioca e do fumo e também que, com exceção dos casos das lavouras do trigo, do fumo e do algodão herbáceo, tais índices elevaram-se no quinquênio. O menor índice em 1980 era o do fumo (0,463) e o maior o da cana (0,942).

colhida em “cultivo simples”, nos censos de 1970 e de 1985 e disponíveis apenas para o caso das lavouras temporárias¹⁶.

QUADRO 6 – BRASIL – NÚMEROS E ÁREAS MÉDIAS DECORRENTES DAS ÁREAS TOTAIS DOS ESTABELECIMENTOS PRODUTORES DE BENS AGRÍCOLAS, DEDICADOS ÀS CRIAÇÕES ANIMAIS E À OUTRAS ATIVIDADES (Segundo a atividade predominante – 1960 - e atividade econômica – 1970 e 1985)

ATIVIDADES ECONÔMICAS	1960		1970		1985	
	Núm. Ests.	Ár. Média	Núm. Ests.	Ár. Média	Núm. Ests.	Ár. Média
Lavouras						
Agave	12.379	50,72	Não apar.	Não apar.	16.162	56,30
Algodão (2)	195.794	33,71	166.259	25,32	216.061(2)	26,96
Amendoim	Não apar.	Não apar.	46.954	15,29	5.966	26,11
Arroz	443.239	53,19	575.860	50,71	459.056	54,87
Banana	41.991	37,87	59.312	29,74	106.616	29,87
Batata inglesa	17.945	26,73	19.508	24,56	15.037	28,90
Cacau	22.910	66,03	30.431	58,50	71.438	41,43
Café	281.570	50,18	256.467	34,93	237.938	41,37
Cana-de-açúcar	79.345	83,71	88.920	61,46	85.048	89,08
Coco (3)	18.983	31,97	Não apar.	Não apar.	45.658(3)	17,01
Feijão	Não apar.	Não apar.	424.016	18,09	520.433	18,19
Fumo	68.512	17,82	Não ap.	Não ap.	108.151	14,33
Laranja	13.434	19,71	33.596	24,01	47.952	35,67
Mamona	Não apar.	Não ap.	Não ap.	Não ap.	49.175	24,95
Mandioca	Não apar.	Não ap.	692.701	16,29	542.508	16,31
Milho	645.550	34,78	800.606	26,10	554.565	28,07
Soja	Não apar.	Não apar.	111.720	17,38	176.101	84,26
Trigo	19.482	69,80	62.015	48,07	54.103	46,81
Uva	10.013	24,20	15.904	18,94	10.597	15,42
Silvicultura	4.294	127,61	8.840	312,02	15.263	572,32
Horticultura e Floricultura	12.158	10,77	22.067	11,05	41.919	11,97
Avicultura	6.471	16,30	10.016	20,07	54.749	27,06
Pecuária						
Bovinos	339.949	313,07	639.465	229,03	1.420.155	147,00
Suínos	168.987	43,35	118.456	26,87	236.660	24,76
Ovinos	12.273	158,88	12.590	116,95	28.512	82,17
Outros animais (1)	13.562	67,16	17.317	84,23	64.867	61,13
Extração vegetal	89.909	274,11	129.126	100,80	239.366	69,37
Invernadas e campos de engorda	24.980	92,17	25.187	191,28	Não apar.	Não ap.

(1) Em 1960, refere-se a: equinos, asininos, muares e caprinos. Em 1970 e em 1985 não há especificação.

(2) Em 1960, aparece apenas a denominação algodão; em 1970, apenas algodão em caroço; em 1985, aparece em separado os dados do algodão arbóreo, que não estão contidos nesta denominação;

(3) Em 1960, a denominação é apenas coco, em 1985, é coco-da-baia.

Fonte: FIBGE, Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970 e de 1985.

¹⁶ O fato de que o censo não traz tal informação para o caso das lavouras permanentes é compreensível: geralmente, tais lavouras permitem – a critério dos proprietários e/ou produtores – a utilização dos espaços intermediários entre as árvores para o plantio de culturas de pequeno porte, que não interfiram no crescimento e não tragam problemas (sanitários etc) para aquelas. O exemplo do café na história paulista e brasileira em boa medida explica o sucesso do “colonato”, já que os “colonos” sempre puderam plantar seus principais gêneros alimentícios (feijão, arroz e milho) nas entrelinhas do cafezal. Contrasta com tal realidade o caso da cana, uma lavoura semi-perene, apropriadamente, e não temporária, cujo cultivo é exclusivista. Com o adensamento que vem sendo adotado nas lavouras perenes aquela possibilidade fica (quase) descartada.

As maiores mudanças ocorreram nos casos da soja e do feijão, sendo que este apresentava uma proporção muito baixa em 1970, tal como no caso do milho. Os maiores percentuais ocorriam e continuaram ocorrendo nos casos do trigo e da cana. Se se relaciona esta constatação com as referentes ao Quadros 6 e com a história do complexo canavieiro no Brasil, fica evidenciado o reforço do latifúndio monocultor canavieiro que vem desde o período colonial.

QUADRO 7 – BRASIL – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INFORMANTES, ÁREA COLHIDA (TOTAL E MÉDIA) E PORCENTUAL DA ÁREA EM CULTIVO SIMPLES (% c.s.) - PRINCIPAIS LAVOURAS – 1970 E 1985

Lavouras	Situação em 1970 (Áreas em há)				Situação em 1985 (Áreas em há)			
	N. Infs.	Ár. Colh. Tot.	Ár.Méd.	%em c. s.	N. Infs.	Ár. Colh. Tot.	Á. Méd.	%em c. s.
Temporárias								
Algodão em caroço	358.156	1.485.280	4,15	69,0	438.480	2.048.772	4,67	77,5
Amendoim (casca)	253.135	513.920	2,03	82,4	75.915	127.265(2 s.)	1,68	n. d.
Arroz em casca	1.460.489	4.312.134	2,95	72,3	1.679.963	5.173.330	3,08	80,8
Batata inglesa	217.854	148.448	0,68	83,3	174.029	106.467	0,61	91,2
Cana-de-açúcar	350.103	1.695.258	4,84	96,3	402.542	3.798.117	9,44	97,3
Feijão em grão	2.257.886	4.081.950	1,81	16,4	2.946.163	5.915.575	2,01	30,1
Fumo em folha	173.025	n. d.	-	n. d.	147.889	276.187	1,87	n. d.
Mamona	94.674	n. d.	-	n. d.	152.052	594.569	3,91	n. d.
Mandioca	1.530.902	1.728.670	1,13	55,8	1.560.594	1.635.594	1,05	64,8
Milho em grão	3.015.977	10.670.188	3,54	32,1	3.461.551	12.040.441	3,48	44,9
Soja em grão	374.730	2.185.832	5,83	42,3	420.204	9.434.686	22,45	91,7
Sorgo	934	n. d.	-	n. d.	4.081	66.860	16,38	n. d.
Trigo em grão	378.164	2.057.898	5,44	96,9	142.717	2.518.086	17,64	100,0
Permanentes								
Agave	Não aparece na lista das principais				18.417	178.362	9,68	n. d.
Algodão arbóreo	(Contado em algodão em caroço)				213.498	930.030	4,36	n. d.
Banana	470.608	439.634	0,93	n. d.	795.411	378.802	0,48	n. d.
Cacau em amêndoa	43.028	419.965	9,76	n. d.	112.141	691.026	6,16	n. d.
Café em coco	411.422	1.635.666	3,98	n. d.	525.610	2.636.704	5,02	n. d.
Coco da baía	81.838	n. d.	-	n. d.	210.871	109.306	0,52	n. d.
Laranja	529.032	207.457	0,39	n. d.	888.990	632.525	0,71	n. d.
Uva para mesa	110.756	60.856	0,55	n. d.	66.193	12.646	0,19	n. d.
Uva para vinho	Não há distinção dos dados no censo				113.834	46.011	0,40	n. d.

Fonte: FIBGE, Censos Agropecuários de 1970 e de 1985.

Com base nos dados do Quadro 7 pode-se afirmar que ao latifúndio canavieiro juntaram-se os dos estabelecimentos que praticam as lavouras temporárias (soja, sorgo, trigo) e, no caso das lavouras perenes, destaca-se o caso da lavoura do agave.

Finalmente, para evidenciar as diferentes situações no tocante à comercialização da produção dos estabelecimentos que se dedicam às lavouras principais do Brasil, é apresentado o Quadro 8, que traz dados referentes aos cinco destinos dos bens colhidos, considerando-se os momentos de 1975 e de 1985¹⁷.

Constata-se a submissão, de um lado, dos produtores de arroz, agave, batata, banana, mamona, cacau, coco e de feijão à ação dos intermediários e, de outro, a relação com a agroindústria

¹⁷ Infelizmente, o Censo Agrícola de 1960 e o Agropecuário de 1970 não captaram e/ou não publicaram esta informação, o que permitiria acompanhar o ocorrido em um intervalo de tempo maior.

processadora nos casos da laranja, da cana, do fumo. O maior vínculo com cooperativas ocorre no caso do trigo. Pode-se constatar também alterações significativas: no caso da laranja, ampliou-se sobremaneira o vínculo com a indústria; no caso do algodão herbáceo ocorreu algo semelhante em direção à cooperativa. Convém alertar para diferenças que os dados não revelam: o alto percentual entregue à indústria no caso da cana deve-se à integração vertical, já que os usineiros produzem a grande maioria da cana que processam, o que não ocorre no caso da laranja. Outro aspecto que aqui não é tratado está relacionado ao fato de que os diferentes vínculos comerciais geralmente estão correlacionados com usos de diferentes técnicas e mesmo com diferentes estruturas de produção. O caso da uva é o mais evidente de todos: há dois destinos que definem *a priori* as variedades e as formas de produzir (o que acontece também no caso do tomate, que não foi considerado neste trabalho).

QUADRO 8– BRASIL – QUANTIDADES COLHIDAS DAS PRINCIPAIS LAVOURAS E DISTRIBUIÇÃO % (1)(2) POR DESTINO – 1975 E 1985

LAVOURAS	Situação em 1975						Situação em 1985					
	Quantidade	C.E.	E.C.	E.I.	E.T.	V.C.	Quantidade	C.E.	E.C.	E.I.	E.T.	V.C.
TEMPORÁRIAS												
Algodão herb.	935.979 t.	0,2	7,0	42,8	49,1	0,9	2.178.455 t.	0,3	29,7	31,3	38,3	0,2
Amendoim	322.647 t.	3,6	2,0	28,2	64,7	1,4	184.412 t.	2,3	11,9	36,9	46,0	1,1
Arroz (casca)	7.548.930 t.	9,4	9,8	16,5	61,2	3,0	8.986.289 t.	9,2	19,6	25,8	42,4	2,9
Batata inglesa.	945.755 t.	6,0	12,2	0,5	75,3	6,0	1.016.157 t.	4,0	17,3	0,7	74,5	3,3
Cana	79.959.024t	5,1	1,5	90,4	2,4	0,5	229.882.037 t.	2,1	1,5	94,9	1,3	0,1
Feijão em grão	1.598.252 t.	22,8	1,6	0,5	68,6	6,4	2.229.262 t.	20,2	10,7	1,1	62,8	5,0
Fumo em folha	292.932 t.	20,7	0,5	55,5	22,1	1,0	408.394 t.	13,1	0,4	76,5	9,7	0,1
Mamona	126.744 t.	1,1	0,4	6,7	89,4	2,1	266.238 t.	0,3	2,0	3,3	93,4	0,5
Mandioca	11.672.739t	60,8	0,1	23,5	13,3	1,8	12.432.171 t.	58,1	0,3	27,3	12,7	1,5
Milho em grão	14.343.556t	35,4	2,6	4,2	51,4	6,3	17.774.404 .	34,8	13,7	6,5	39,9	5,0
Soja em grão	8.721.274 t.	0,7	51,9	12,1	34,1	1,1	16.730.087 t.	0,4	49,8	22,8	25,9	0,9
Sorgo em grão	62.488 t.	16,6	33,9	19,3	26,7	3,2	Não aparece nenhum tipo na lista das principais					
Sorgo forrag.	114.169 t.	95,3	0,2	1,1	1,6	1,7	Idem					
Sorgo(vass.)	5.515 t	38,4	2,3	19,1	37,1	3,1	Idem					
Trigo (grão)	1.562.819 t.	3,3	78,8	4,1	12,2	1,3	3.824.288 t.	0,5	85,2	4,3	9,2	0,5
PERMANENTES												
Agave (fibra)	165.931 t	3,3	3,0	24,3	64,6	2,2	163.694 t.	0,0	0,7	21,1	77,0	0,2
Algodão arb.	313.303 t	0,3	5,9	20,8	71,6	1,1	166.079 t	0,2	8,9	11,7	78,3	0,2
Banana	247.054m.c	10,0	2,0	1,3	75,2	11,0	352.654 mil c.	11,4	2,0	1,3	75,2	11,0
Cacau (am.)	301.821 t	0,1	17,6	1,9	79,0	0,9	428.517 t	0,2	19,4	2,0	77,6	0,1
Cafê em coco	2.502.219 t	6,9	9,4	25,2	56,0	1,1	3.700.004 t	18,6	14,3	23,4	42,7	0,5
Coco da baía	375.581m.f.	4,1	0,4	9,5	73,7	12,0	453.544 mil fr.	6,2	0,4	9,3	75,5	7,3
Laranja	22.922.586	8,0	0,8	46,3	38,7	5,9	59.208.455milf	3,8	1,2	80,1	12,8	1,8
Uva p/mesa	546.026 t	16,5	31,3	34,1	14,7	3,3	109.775 t	8,2	16,8	1,1	68,3	5,0
Uva p/vinho	O censo não distingue os tipos de uva						618.648 t	12,5	29,8	53,0	3,8	0,6

(1) O que falta para completar 100% refere-se à classificação “sem declaração”;

(2) C.E.=Consumo no estabelecimento; E.C.=Entregue à cooperativa; E.I.=Entregue à indústria; E.T.=Entregue à intermediário; V.C.=Venda direta ao consumidor.

Fonte: FIBGE, Censos Agropecuários.

É interessante observar o detalhamento que o censo de 1975 trouxe quanto ao caso do sorgo, uma cultura cuja quantidade maior era destinada à alimentação animal (sorgo forrageiro), mas que poderá apresentar mudança no futuro próximo. O mesmo poderá ou deverá ocorrer no caso da mamona e, talvez, mesmo com parte da produção de soja, que passou a ser utilizada para a produção de biodiesel.

Para concluir esta parte, o Quadro 9 traz os indicadores da evolução de agroindústrias processadoras (e fornecedoras) de bens agropecuários, entre 1981 e 1993. Ele mostra que a que mais cresceu foi a da uva, e seu crescimento foi concentrado no Rio Grande do Sul; seguida da de aves, com os maiores crescimentos ocorrendo no Paraná e em Santa Catarina. A agroindústria da cana teve seus maiores crescimentos na Bahia e em São Paulo (que concentrou o crescimento da de laranja), enquanto que a de suínos e a de fumo concentraram-se, respectivamente, nos dois estados meridionais.

QUADRO 9 – BRASIL – NÚMEROS ÍNDICES REFERENTES À EVOLUÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS NO PAÍS, EM ALGUMAS REGIÕES E EM ALGUNS ESTADOS, ENTRE 1981 E 1993 (Base 1981 = 100)

Grupos de prods.industrs.	BRA	NE	PE	BA	MG	RJ	SP	SUL	PR	SC	RS
DERIVADOS AGRIC.(*)	119,8	79,5	75,5	122,8	135,1	74,3	128,7	125,3	117,4	124,6	146,1
- Cana-de-açúcar	142,9	75,7	69,9	236,1	124,0	79,4	177,6	100,3	124,9	74,4	-
- Soja	76,8	66,3	132,0	-	365,3	-	73,7	64,3	73,7	88,2	55,0
- Trigo	111,4	110,0	104,1	102,3	109,7	95,2	106,8	122,2	143,6	246,2	123,6
- Café	157,1	-	-	-	-	-	151,3	183,9	183,9	-	-
- Cacau	148,2	129,9	-	129,3	-	-	-	-	-	-	-
- Laranja	165,3	-	-	-	-	-	164,3	-	-	-	-
- Fumo	145,4	74,8	107,3	-	175,1	59,2	51,2	221,2	233,5	188,9	270,4
- Uva	209,7	100,5	-	-	-	-	76,0	282,3	-	12,4	295,1
- Algodão	101,5	65,5	65,2	-	107,7	89,0	84,3	125,8	106,7	105,8	-
- Milho	116,5	103,2	93,3	-	70,2	35,1	87,2	161,9	150,6	184,9	136,1
UTILIZADOS P/AGRIC.	90,7	71,8	31,6	102,5	245,1	-	73,6	99,4	107,6	7,3	73,8
- Máquinas e equipamentos	70,2	-	-	-	-	-	48,1	81,9	52,9	23,0	114,0
- Adubos e fertilizantes	98,7	71,8	31,6	102,5	245,1	-	87,3	103,7	108,0	0,1	59,5
TOTAL AGRICULT. (*)	114,4	79,0	72,7	119,3	137,1	74,4	116,1	119,5	115,7	121,1	121,9
DERIVS.DA PECUÁR.(*)	104,5	93,3	15,3	140,0	80,0	56,1	106,3	126,5	133,7	184,3	118,6
- Bovinos	66,2	97,4	0,3	-	34,7	73,0	76,6	65,2	114,6	77,8	71,7
- Suínos	107,5	-	-	-	75,3	24,0	49,8	119,8	86,0	151,8	106,7
- Aves	190,9	-	-	-	130,1	125,7	161,3	214,0	228,2	225,2	193,7
- Leite	103,2	91,5	45,5	140,0	97,3	41,5	113,4	142,2	188,6	146,8	126,5
UTILIZADOS P/PECUÁR	131,4	82,7	87,8	-	70,2	38,2	125,2	153,3	126,4	184,9	140,3
TOTAL PECUÁRIA (*)	111,4	87,8	67,2	140,0	78,7	51,6	112,5	132,7	131,7	184,5	122,1
TOTAL AGROPEC. (*)	113,7	79,4	71,4	121,1	115,8	70,9	116,8	120,9	118,4	137,7	121,1

Fonte: FIBGE, 1995, pág. 26.

(*) Os totais incluem outros produtos industriais vinculados à agropecuária.

5. O período recente (após 1994): Expansão voltada às exportações no “modelo primário importador”¹⁸

¹⁸ Adota-se aqui a denominação proposta pelo Prof. Tamás Szmrecsányi e registrada na literatura econômica por Paulo Nogueira Batista Júnior: “Como disse Tamás Szmrecsányi em debate recente, com razão, ainda que com certo exagero polêmico, não é ao modelo primário-exportador que estamos regredindo, mas a um modelo primário-importador” Veja-se BATISTA JR., 2000, pág. 53.

Hoje é amplamente reconhecido que o receituário para os planos de estabilização econômica proposto pelo denominado Consenso de Washington e acatado pelos governos da maioria dos países “emergentes” (muitos deles anteriormente chamados de subdesenvolvidos) acabaram por provocar mudanças significativas nas inserções de suas economias na economia mundial. Uma das manifestações disto tem sido o aprofundamento ou mesmo o regresso à dependência externa, tanto com respeito à balança comercial como, principalmente, na de capitais, o que tem gerado esforços exportadores e crescimento significativo das importações.

No Brasil tem sido inegável a contribuição da produção agropecuária *in natura* e/ou processada para a consecução de saldos positivos de suas transações externas, que possam gerar divisas seja para pagar as importações seja para quitar financiamentos (boa parte deles de curto prazo).

QUADRO 10 – BRASIL - SALDOS DO COMÉRCIO EXTERNO DE PRODUTOS DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS DO AGRONEGÓCIO - 1997, 1998, 2007, 2008; EVOLUÇÃO RECENTE e DISTRIBUIÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL - 1980-2007 (valores em US\$ milhões)

Complexos agropecuários	Saldos (Exportações – Importações)				Ano	EXPORTAÇÕES			IMPORTAÇÕES		
	1997	1998	2007	2008		%Bs.	%Man.	TOTAL	%Petr.	%B.K.	TOTAL
Cereais/L./Olgs.	3.760,0	2.225,6	-20,5	-158,1	1980	41,9	44,8	20.133	n. d.	19,1	22.954
-Soja em grão	(2.190,1)	(1.976,5)	(175,5)	(334,3)	1981	38,0	51,0	23.292	n. d.	18,2	22.092
-Milho em grão	(-26,8)	(-183,4)	(107,0)	(45,8)	1982	40,6	50,8	20.176	n. d.	16,9	19.395
-Trigo em grão	(-720,2)	(-813,1)	(-334,5)	(-447,2)	1983	38,7	51,5	21.899	n. d.	16,2	15.429
-Arroz	(-296,8)	(-541,5)	(-64,2)	(-61,4)	1984	32,4	56,0	27.006	48,4	15,5	13.916
-Feijão	(-88,0)	(-152,0)	(-2,7)	(-15,8)	1985	33,3	54,8	25.642	41,2	18,9	13.154
Cana e sacaríds.	1.572,5	1.917,0	4.523,8	5.202,5	1986	32,6	55,5	22.349	19,8	24,7	14.045
-Aç.cristal bruto	(1.045,4)	(1.096,1)	(2.021,8)	(2.161,7)	1987	30,6	56,6	26.224	25,6	26,3	15.053
Prods. Florestais	1.968,3	1.856,0	577,2	361,4	1988	27,9	56,8	33.789	21,9	28,7	14.605
-Pastas de mad.	(883,4)	(888,7)	(309,3)	(362,3)	1989	27,8	54,2	34.383	18,6	25,1	18.263
Cafê e Estimuls.	3.235,4	2.739,7	557,0	654,0	1990	27,9	54,1	31.414	21,1	19,3	20.661
-Cacau(e preps.)	(75,0)	(102,6)	(27,1)	(19,7)	1991	27,6	56,2	31.620	16,0	20,2	21.041
Bovideos	1.712,4	1.622,5	2.952,7	3.043,0	1992	24,7	59,7	35.862	14,9	21,9	20.554
-Carne bov.cong	Não disp.	Não disp.	(1.106,4)	(1.351,6)	1993	24,3	60,8	38.597	8,3	19,8	25.659
Fumo	1.572,7	1.480,9	-0,7	0,8	1994	25,4	57,3	43.545	7,1	22,9	33.105
Suínos e aves	1.041,6	919,9	331,1	506,0	1995	23,6	55,0	46.506	5,2	23,0	49.664
Frutas	983,8	1.195,7	2.129,1	1.922,2	1996	24,9	55,3	47.747	6,5	23,8	53.301
-Laranja manuf.	(1.032,1)	(1.282,6)	(2.199,9)	(1.975,9)	1997	27,3	55,1	52.994	5,4	28,4	59.747
Flores/Ornams.	-41,5	-39,6	-10,3	19,9	1998	25,4	57,4	51.140	3,4	27,9	57.763
Olerícolas	-378,5	--362,5	-141,5	-172,7	1999	24,6	56,9	48.011	4,3	27,5	49.295
Texteis	-397,5	-186,1	33,2	-141,7	2000	22,8	59,1	55.086	5,7	24,3	55.839
Pescado	-318,1	-329,3	-320,3	-371,9	2001	26,4	56,5	58.223	5,7	26,6	55.581
Agrs. Especiais	5,8	14,8	443,2	406,5	2002	28,1	54,7	60.362	7,0	24,5	47.235
AGRONEGÓC.	14.717,8	13.054,6	11.054,0	11.272,0	2003	29,0	52,9	73.084	8,0	21,4	48.260
Ins./Bens capital	-2.439,2	-2.275,9	-1.060,0	-2.002,9	2004	29,6	54,9	96.474	10,7	19,3	62.835
SALDO AGRO.	12.278,7	10.778,7	9.994,0	9.269,0	2005	29,4	55,1	118.309	10,4	20,9	73.551
DEMAIS SETS.	-19.031,6	-17.353,2	-6.678,4	-17.907,8	2006	43,4	52,4	137.470	9,9	20,7	91.384
SALDO B. C.	-6.752,9	-6.574,5	3.315,6	-8.638,8	2007	32,1	52,2	160.649	9,9	20,8	120.621

Fontes: 1-Para o primeiro conjunto de dados: SISTEMA IEA, 2002, diversas páginas e *site* do IEA. Para o ano de 2008 as tabulações originais são provisórias, sujeitas a retificações;

2 – Para o segundo conjunto de dados: FGV, Conjuntura Econômica (2007: Dados preliminares).

Tendo isto em conta, os quadros desta parte foram elaborados com o propósito de revelar os principais aspectos da expansão recente de nossos agronegócios, destacando suas transações comerciais externas, seus principais produtos e, enfim, suas importâncias para a economia brasileira. Dada a limitação do tamanho do texto, os comentários são reduzidos.

O Quadro 10 mostra que nas exportações, a participação dos manufaturados (que inclui o suco concentrado de laranja, farelo de polpas cítricas óleo essencial de laranja, o açúcar, o álcool etc) apresentou pequena e oscilante tendência de elevação entre 1984 e 1993; sendo que a partir de 1994 passou a apresentar oscilações com pequena tendência à baixa. Já a participação dos produtos básicos apresentou certa estabilização entre 1992 e 2000, para depois elevar-se.¹⁹

QUADRO 11 – BRASIL – PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELOS AGRONEGÓCIOS PARA OS PRINCIPAIS MERCADOS EXTERNOS - 2007 (Quantidades em mil t, valores em US\$ milhão)

Produtos	Para a U. Européia		Para os EUA		Para a China		P/Federação da Rússia	
	Qts.	Valores	Qts.	Valores	Qts.	Valores	Qts.	Valores
Soja em grão	9.726,7	2.746,8			10.071,9	2.831,9	116,5	35,9
Farelo de soja	8.806,9	2.095,9					137,6	34,4
Café verde	878,7	2.009,1	269,9	589,9			10,5	24,7
Celulose	3.154,5	1.465,6	1.381,3	618,9	890,7	423,5		
Sucos de laranja	1.316,3	1.406,2	501,6	445,1	30,8	51,7		
Milho	7.179,7	1.273,5						
Carne bovina <i>in natura</i>	195,2	1.087,1					448,0	967,6
Fumo não manufaturado	277,4	943,7	93,2	285,1	55,6	271,3	57,2	115,0
Carne de frango <i>in natura</i>	317,5	637,6			12,3	13,0	187,4	282,4
Álcool etílico	806,1	433,4	679,8	369,1				
Calçados de couro	12,2	387,5	20,5	571,8			0,3	10,6
Madeira perfilada	240,8	218,5	284,6	362,6	3,7	2,1	0,9	1,2
Carne bovina industrializada	100,1	298,7	62,5	285,6				
Vest./produtos têxteis algodão			53,7	281,4			0,2	1,9
Obras marcenaria/carpintaria	144,0	174,0	160,9	258,9				
Óleo de soja em bruto	167,0	122,9			423,8	310,2	6,0	5,4
Couro bovino <i>wet blue</i>	87,5	244,1			126,5	267,3		
Couro bovino acabado	25,3	382,6	10,2	193,9	10,0	146,0		
Couro bovino semi-acabado	12,3	159,6	2,4	43,6	4,5	75,6		
Madeira serrada	667,8	397,9	402,1	199,4	187,3	117,5		
Alg. nem cardado,nem penteado					27,8	33,9		
Açúcar em bruto			218,3	81,6	49,2	13,5	4.159,0	1.037,5
Carne suína <i>in natura</i>							271,8	662,5
Café solúvel	18,5	119,3	11,8	55,7			11,2	83,4
Miudezas carne bovina			3,9	43,3			13,8	32,0
TOTAL AGRONEGÓCIO		20.894,0		6.041,5		4.673,7		3.386,1
DEMAIS SETORES		19.534,0		18.663,5		6.075,1		355,2
TOTAL DO PAÍS		40.428,0		25.065,0		10.748,8		3.741,3

NOTA: Os espaços em branco significam que o produto não aparece na lista dos principais para os respectivos mercados.

Fonte: MAPA, 2008, diversas páginas.

¹⁹ Um gráfico disponível no *site* da Secex mostra que a participação dos manufaturados nas exportações cresceu entre 1964 e 1993 e a participação dos produtos básicos caiu entre 1964 e 1992, praticamente estabilizou-se entre 1993 e 2000, para elevar-se até 2007.

Entre 1981 e 1994 a balança comercial brasileira foi superavitária; entre 1995 e 2000 tornou-se deficitária e voltou a ser superavitária entre 2001 e 2007, como mostram os dados da segunda parte do Quadro 10. Os dados de sua primeira parte (referentes apenas a quatro anos, devido o problema de espaço) indicam que isto se deve às exportações dos complexos agroindustriais, já que os saldos referentes aos “demais setores” foram negativos. Percebe-se que os maiores níveis de importações após 1994 não se devem, grosso modo, às aquisições de petróleo e tampouco às de bens de capital.

QUADRO 12 – BRASIL – OS DEZ PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS DOS AGRONEGÓCIOS DOS PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS EM 2007 (quantidades em mil t, valores em US\$ milhões)

Produtos	Da União Européia		Dos EUA		Da China		Do Canadá	
	Qts.	Valores	Qts.	Valores	Qts.	Valores	Qts.	Valores
Papel	458,5	477,0	143,2	171,3	31,9	34,9	236,6	144,2
Azeite de oliva	31,2	147,7						
Vinho	22,5	82,8						
Uísque	17,5	75,2						
Malte	179,9	73,8					37,6	13,4
Rações p/animais não domésticos	37,7	69,8	16,6	28,8	15,1	23,1	0,4	6,5
Outras rações p/animais domésticos							23,9	11,3
Bacalhau	5,9	47,5					0,3	1,5
Miudezas de carne suína	6,1	39,6	1,1	8,3	1,2	7,9		
Outras preparações alimentícias	8,5	36,8	7,6	33,8			0,2	0,7
Enzimas e seus concentrados	3,3	34,3	0,6	4,5			0,04	0,3
Celulose	22,7	20,5	149,4	107,8			1,0	0,8
Trigo			354,1	86,2			341,0	72,4
Alg. Nem cardado, nem penteado			37,7	47,2				
Lentilhas secas							12,5	6,3
Ervilhas secas							9,0	3,4
Ovos			0,3	15,7			0,00	0,2
Sucos e extratos vegetais	0,6	14,5	0,9	12,2			0,00	0,1
Demais óleos vegetais			2,4	6,5			3,3	3,0
Fios, linhas, tecidos de algodão			2,5	11,5	11,5	41,9		
Semen de bovino			0,00	6,7			0,0	2,4
Pêras	11,5	12,2	8,9	10,1				
Vest.e outros prods. texts. de algod.	0,7	20,4			10,6	95,1		
Calçados de couro	0,06	7,4			1,8	31,4		
Alho					57,8	29,3		
Demais produtos horts. (*)					8,3	11,6	0,1	0,2
Demais fibras e produtos têxteis					2,4	9,2		
Demais produtos de couro					0,6	8,1		
Couros e peles de suínos					0,5	8,0		
TOTAL AGRONEGÓCIO		1.607,9		703,4		375,8		270,3
DEMAIS SETORES (Não Agron.)		25.128,6		18.018,9		12.241,9		1.438,1
TOTAL BRASIL		26.736,4		18.722,3		12.617,7		1.708,4

(*)Demais produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos secos, preparados ou conservados.

- Optou-se pelo Canadá neste quadro porque as importações da Fed. Russa tem sido pequenas (US\$ 18,6 milhões em 2007);

- Os espaços em branco significam que o produto não aparece na lista dos principais no caso respectivo.

Fonte: MAPA, 2008, diversas páginas.

Chama a atenção a significativa queda das exportações do complexo da soja de 1997 e 1998 para 2007 e 2008. Outras observações importantes podem ser feitas, como, por exemplo, a de que o

Brasil é importador líquido de arroz para consumo direto. Os dados do Quadro 10 mostram também que nossas exportações são concentradas em alguns agronegócios específicos, seja com vendas de bens *in natura*, seja de processados, destacando-se os casos da complexo da soja, do florestal (celulose e papel), do canavieiro, de carnes (bovina, suína e avícola).²⁰

O Quadro 11 traz informações e dados referentes aos bens dos agronegócios brasileiros exportados para nossos quatro principais mercados compradores. Dele se pode destacar a importância da União Européia, especialmente para os bens do complexo soja. Nossas exportações para este mercado são pouco maiores do que as exportações dos “demais setores”. Situação bastante distinta é o que ocorre nas transações comerciais com os EUA, já que as exportações dos “demais setores” chega a ser três vezes maior do que as dos agronegócios. A maior diferença ocorre no caso da Federação da Rússia, para quem exportamos principalmente açúcar bruto e carne bovina *in natura*.

No caso da China mais da metade de nossas receitas advém da exportação de soja em grão e são consideráveis as exportações de diferentes acabamentos de couro bovino. No caso do “fumo não manufaturado”, produto que exportamos para os quatro mercados, pode-se constatar que o maior valor unitário foi obtido na exportação para a China e o menor na exportação para a Federação da Rússia.

O Quadro 12 traz dados referentes às importações brasileiras de bens de agronegócios de países que são, no caso, nossos principais fornecedores. Podem ser destacados alguns casos, como as importações de papel e celulose, que vem principalmente da União Européia, do Canadá e dos EUA; do trigo etc.. Pode-se perceber os altos valores unitários de alguns bens (ex do semen de bovino).²¹

Contudo, o que mais os dados evidenciam é que nossas importações dos países destacados referem-se a bens que não são originários de agronegócios, especialmente no caso das compras advindas da União Européia e dos EUA. Pode-se afirmar que isto é preocupante, dadas as diferenças de agregação de valor que ocorrem nestes dois conjuntos de produtos, tratando-se de uma herança que vem desde o período anterior à 1930, e que foi há muito tempo objeto de reflexão da Cepal e de Celso Furtado. Isto é que dá sustentação à denominação de “modelo primário importador” aqui utilizada.

Relacionado a este aspecto e sem estender os comentários, pode-se indicar aqui que parecem desconhecer este problema os que manifestam excessivo otimismo quanto às vantagens que decorrerão da possibilidade de o Brasil vir a tornar-se um grande exportador de etanol e de outros produtos (*in natura*, semi-manufaturados ou mesmo manufaturados) dos agronegócios. Nesta perspectiva, também pode-se considerar exagerada - se não equivocada - a indignação que fazem questão de expressar e registrar – através de diferentes formas e meios - muitos de nossos políticos (presidente, governadores e

²⁰ Em 2007, a participação dos cinco primeiros setores nas exportações foi de 71,8%, e dos dez primeiros foi de 92,3%. A concentração das exportações para os mercados de destino foi de 63,5% para o cinco primeiros mercados (os quatro do Quadro 11 somando 60,5%, com o Japão em quinto); a participação dos dez primeiros mercados foi de 74%. (ver MAPA, 2008, págs. 15 e 21).

²¹ Outra publicação do MAPA (2008a, págs. 10/1) traz uma tabela que mostra que, de 2003 a 2007, dos produtos exportados pelos agronegócios brasileiros, o que teve maior alta de preço foi o café verde (24,3%) e o que teve maior aumento da quantidade foi a carne de peru industrializada (190,7%); concomitantemente, no comércio internacional dos agronegócios, as mesmas maiores altas ocorreram, respectivamente, nos casos da carne de peru *in natura* (63,9%) e do álcool etílico (30,4%).

parlamentares), assim como diversos representantes de entidades empresariais e mesmo acadêmicos das mais diferentes áreas, quanto ao protecionismo ainda vigente nos mercados internos de agronegócios de muitos países, especialmente os considerados desenvolvidos.

6. Observações finais

Este trabalho teve como objetivo a obtenção de uma visão panorâmica sobre aspectos fundamentais da evolução da agricultura brasileira nos últimos três quartos de século, um prazo longo no qual importantes transformações estruturais aconteceram na nossa economia. Tomou-se praticamente como um dado que, principalmente depois de 1960, ocorreu uma ampliação da desigualdade social no país, o que decorreu em boa medida da implementação de políticas econômicas que aprofundaram a apropriação concentrada de renda e nossa histórica concentração de riqueza. Muitos outros aspectos sequer foram mencionados, inclusive alguns muito específicos e/ou localizados, seja no tempo, seja no espaço, os quais contribuiriam sobremaneira para um melhor conhecimento sobre aquela evolução.

Uma de suas principais motivações foi indicar os elos entre as duas evoluções, a setorial (do agronegócio) e a do que podemos chamar de ambiente macroeconômico no mencionado período, reconhecendo-se que nas duas foram deixadas sem análise, ou com menção meramente passageira, a questão das políticas implementadas.

De maneira sintética, pode-se concluir que no período 1930-1960, ou seja, durante o processo de substituição de importações, as exportações de bens dos agronegócios brasileiros (concentradas nas vendas de café) permitiram a obtenção de divisas e recursos que ajudaram a viabilizar aquele processo, cuja dinâmica foi dada pela expansão do mercado interno. A partir do início da década de 1980, quando a crise da dívida externa foi seguida pela instabilidade gerada pelo agravamento do processo inflacionário, as exportações de excedentes de bens processados e *in natura* auxiliaram a solução do problema da dívida externa (sendo que o mercado interno encontrava-se em relativa estagnação - a “década perdida de 1980”), ao mesmo tempo em que o país foi se beneficiando lentamente dos resultados possibilitados pela modernização tecnológica setorial intensificada a partir de 1970. Persistiu o problema da inflação.

Isto ficou devidamente explicitado a partir de 1994, quando os esforços até hoje bem sucedidos de baixar em muito os índices de aumentos de preços - e outras medidas de política econômica - colocaram a economia brasileira em uma nova fase, com taxas de crescimento relativamente baixas, mas que demandam importações pelos “demais setores” e obriga o recurso a capitais externos, de significativos montantes, disponíveis na economia mundial mais para aplicações e empréstimos de curto prazo. Para isto tem contribuído as exportações mais diversificadas (mas não tanto) dos agronegócios que apresentaram e tem apresentado maior dinamismo.

7. Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Rui H. P. L. de. Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola: As relações de produção na cotonicultura paulista, 1920-1950. São Paulo, Ed. Hucitec, Brasília, CNPq, 1983.
- ANDRADE, M. C. de. Geografia econômica. São Paulo, Ed. Atlas, 1989.
- BATISTA JR., P. N.. A Economia como ela é.... São Paulo, Boitempo Editorial, 2000.
- CANABRAVA, Alice. “A grande lavoura”. In HOLANDA, S. B. de, História Geral da Civilização Brasileira, Vol. 6 (Brasil Monárquico), São Paulo, Ed. Difel, 1971.
- CASTRO, A. B. de. 7 Ensaio sobre a economia brasileira. Volume I, Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária, 4ª edição, 1988.
- COELHO, C. N.. “70 Anos de Política Agrícola no Brasil (1931-2001)”. Revista de Política Agrícola, Min. da Agric., Pec., e Ab. Sec. de Pol. Agríc., Brasília/DF, Ano X, jul/ago/set 2001 (Edição Especial).
- DELGADO, G.. “A questão agrária no Brasil, 1950-2003”. In RAMOS FILHO, L. O. & ALY JR. O., Questão agrária no Brasil: Perspectiva histórica e configuração atual. São Paulo, INCRA, 2005.
- FIBGE/FUNDAÇÃO INST. BRAS. DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores da produção agroindustrial 1981-93. FIBGE, Departamento de Indústria, Rio de Janeiro, IBGE, 1995, 518 págs.
- FURTADO, C.. Formação econômica do Brasil. São Paulo, 14ª Ed., Cia. Ed. Nacional, 1977.
- HOFFMANN, R. & CLEMENTE DA SILVA, L. A. “Contribuição ao estudo da concentração da produção agropecuária no Brasil em 1975 e 1980”. Revista de Economia Rural, Brasília, Vol. 24, N. 2, págs. 145-159, abr./jun. 1986.
- JOHNSTON, B. F. & MELLOR, J. W.. “The role of agriculture in economic development”. American Economic Review, Vol. LI, N. 4, págs. 566-593, Sept./1961.
- LIMA, J. L. et. al.. Estatísticas básicas do setor agrícola no Brasil. Vols. 1(1983) e 2(1985), S. Paulo., IPE/USP.
- MAPA. Intercâmbio comercial do agronegócio: Principais parceiros comerciais. Min. da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secr. de Relações Internacionais do Agronegócio, Brasília, MAPA, 2008.
- _____. Produtos do agronegócio: exportações, importações mundiais e inserção brasileira. Min. da Agric., Pec. e Abast., Depto. de promoção internac. dentro do agronegócio. Brasília, 2008a.
- MARTINE, G., 1990. “Fases e faces da modernização agrícola brasileira”. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, IPEA, Vol. 1, N. 1, junho de 1990, págs. 3-43.
- MARTINELLI JÚNIOR, O.. O complexo agroindustrial no Brasil: Um estudo sobre a agroindústria citrícola no Estado de São Paulo. São Paulo, FEA/USP, 1987 (dissertação de mestrado).
- PRIEB, R. I. P.. Pluriatividade na produção familiar fumageira. Sta. Cruz do Sul/RS, EDUNISC, 2005.
- RANGEL, I.. A inflação brasileira. São Paulo, Ed. Brasiliense, 3ª edição.
- RAMOS, P.. “Os mercados mundiais de açúcar e a evolução da agroindústria canavieira do Brasil entre 1930 e 1980: Do açúcar ao álcool para o mercado interno”. In Economia Aplicada, São Paulo, Vol. 11, N. 4, págs. 559-585, 2007.
- SILVA, G. L. S. P. da (coord.). Estatísticas da agricultura brasileira. São Paulo, SAA/IEA, 1vol.
- SISTEMA IEA. Sistema de importações e exportações dos agronegócios: conceituação e síntese dos resultados, 1997-2001. Governo do Estado de São Paulo, SAA. Ag. Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, São Paulo, maio de 2002.
- STOLCKE, V. Cafeicultura—Homens, mulheres e capital (1850-1980). S. Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.
- SZMRECSÁNYI, T.. “O Desenvolvimento da Produção Agropecuária (1930-1970)”. In FAUSTO, B., História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, 4ª Vol., São Paulo, Difel Ed., 1986, 2ª edição.
- _____. & RAMOS, P.. “O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira”. In SZMRECSÁNYI, T. & SUZIGAN, W. (orgs.), História Econômica do Brasil Contemporâneo, São Paulo, Ed. Hucitec, 1997, págs. 227-249.